

Debate busca saída para crise no ensino

A grave crise em que se encontra mergulhada a educação não tem como únicos responsáveis governo, educadores e empresários do setor. Para a professora e mãe de aluno Edilamar Vaz, e para o professor e representante do sindicato da categoria, Wellington Côrtes, até mesmo os pais estão contribuindo para a má formação de novas gerações, na medida em que não procuram fiscalizar o ensino oferecido em cada colégio, preocupando-se quase que somente com os seus custos. "Quando muito, conferem os boletins de rendimento escolar", denuncia Côrtes.

Esta foi uma das questões levantadas em mesa redonda promovida pelo JBr sobre qualidade do ensino, com a participação de oito pessoas diretamente envolvidas com o processo educacional. Enquanto crescem as contestações sobre os critérios para reajuste de mensalidades, as discussões sobre o nível do ensino — um problema que traz reflexos mais profundos e prolongados — parecem dar os primeiros passos. Os debatidores apontaram inúmeras deficiências nas redes pública e particular, mas não indicaram saídas claras.

A afirmação do professor e coordenador do vestibular da Universidade de Brasília, Lauro Morhy, de que as deficiências generalizadas na esfera educacional são decorrentes da crise política e social atravessada pelo país, recebeu o apoio de vários participantes da mesa-redonda. Num jogo de "empurra", o pai de aluno, Darley Cordeiro Valadares, responsabilizou o excessivo empresariamento das escolas particulares pela queda da qualidade de ensino nesta rede, enquanto o proprietário do Colégio Inei, Aloísio Otávio de Brito, revelou dificuldades de encontrar professores qualificados.

Incapazes

Se as escolas públicas, há muitos anos, não são mais reconhecidas como boa alternativa de formação acadêmica, os estabelecimentos particulares já estão se mostrando incapazes de atender à expectativa da comunidade. Para o educador e professor da UnB, Jacques Veloso, os colégios privados têm uma demanda assegurada muito mais pela carência de vagas e outras deficiências básicas da rede pública do que por representar uma opção de bom nível. Darley Valadares e Jacques Veloso concordaram que, retirando os filhos da escola oficial, os pais reduzem a pressão sobre o governo para que melhore a qualidade do ensino nas escolas públicas, o que forçaria os estabelecimentos particulares a elevar o seu padrão.

Foi consenso na mesa-redonda, da qual também participaram a representante da Fundação Educacional, Deusimar de Farias e o aluno e fundador do movimento estudantil SOS Educação, William Passos Júnior, que é impossível discutir qualidade de ensino na rede privada sem relacioná-la com o nível da rede pública. Vários debatidores condenaram o tratamento do Estado em relação às escolas particulares. Segundo Edilamar Vaz, por mais de dez anos, o GDF assegurou os estabelecimentos privados e ainda mantém juntamente com o Governo Federal, representantes legítimos dos empresários em chefias e conselhos, com amplo poder de decisão. Jacques Veloso ressaltou que o Conselho de Educação do DF passa dois terços do seu tempo discutindo questões relativas à escola particular.

Participaram do debate como entrevistadores os repórteres William França, Silvana Freitas e Vânia Rodrigues. Coordenação geral: Ademir Malavazzi, secretário de redação. Fotos de Antônio Cunha.

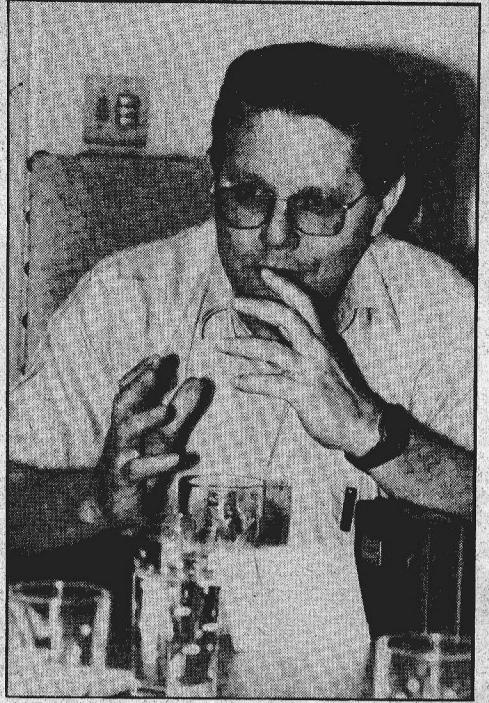
É consenso que o atual processo educacional apresenta inúmeras deficiências. Quais seriam as alternativas para resgatar ou adquirir o padrão ideal de ensino?

Morhy: A solução passa pela Lei de Diretrizes e Bases, que vai regularizar o ensino e atualmente está sendo discutida em todos os segmentos da educação. Nessa discussão, três pontos básicos do processo educacional têm que ser revisados: qual o papel da educação, quem vai educar e quais os meios a serem utilizados no processo. Estes pontos precisam ser redimensionados na Lei de Diretrizes e Bases, até mesmo porque a educação que se pratica atualmente é indefinida, gerando divergências na proposta de ensino. E, se não mudarmos agora, vamos amargar essa Lei por algum tempo e ficar naquela história de "a lei não deixa", "a lei não permite"...

Wellington: Nessa discussão, porém, não se deve esquecer que educação tem que ser entendida de uma forma mais ampla, para que realmente ocorra uma transformação. Enquanto a escola estiver sendo reprodutora do conhecimento e fazendo com que o aluno seja mero receptor, tanto o ensino público quanto o privado continuaram falidos. A maior falha na educação hoje é a mera preocupação com o vestibular, deixando de preparar o aluno para a vida, para ser um elemento produtor do seu conhecimento.

Jacques: Nesse redimensionamento da educação têm que ser ampliados o calendário escolar, a duração dos dias letivos e a jornada de trabalho do professor. São questões intimamente associadas à

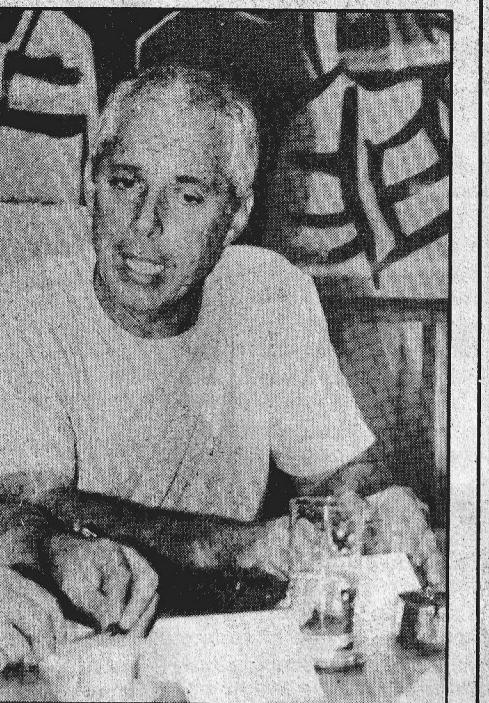
Quem são os debatidores e o que pensam sobre escola



■ **Lauro Morhy, 49 anos, professor e coordenador do vestibular da Universidade de Brasília:** pesquisador e cientista da área de Bioquímica de Proteínas, além de representante brasileiro do setor junto a organismos internacionais, Morhy se destaca também à frente da Diretoria de Acesso ao Ensino Superior (DAE). Há 18 anos participando da organização do vestibular, ele tem considerado muito precário o nível dos alunos que concluem o 2º grau e tentam uma vaga na Universidade. A avaliação dos resultados das provas comprova, segundo ele, uma deficiência generalizada, atingindo todas as disciplinas, inclusive a redação. Para Lauro Morhy, a conquista de um bom padrão em educação não depende da ruptura com o atual sistema, mas, sim, de um trabalho contínuo de aperfeiçoamento.



■ **Jacques Veloso, 47 anos, educador e professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília:** doutor em Educação pela Faculdade de Stanford (Califórnia, Estados Unidos), vem desenvolvendo estudos e pesquisas sobre a escola pública e o ensino profissionalizante. Foi membro do Conselho de Educação do DF e deixou o cargo, há quase um ano, por acreditar que aquele órgão vinha priorizando as decisões relativas ao ensino particular, principalmente as relacionadas com mensalidades escolares, em detrimento das questões pedagógicas gerais. Para ele, os alunos estão saídos das escolas cada vez mais críticos e menos doces, o que considera positivo. Jacques Veloso acredita, no entanto, que o processo educativo não está restrito à escola — a televisão e o hábito da leitura têm papel importante na formação de cada indivíduo.



■ **Aloísio Otávio Pachêco de Brito, 44 anos, proprietário de escola particular:** atuando na área de educação há 25 anos, Aloísio começou como professor aos 19 anos de idade, quando ainda era estudante de Engenharia Civil. Apesar de afirmar que escolas não trazem retorno financeiro, Aloísio trocou sua profissão pelo investimento em educação, abrindo, há 15 anos, o INEI (Instituto de Educação Infantil), porque acredita que, através do ensino, poderá contribuir para uma mudança real da sociedade. Atualmente, o INEI conta com quatro estabelecimentos, atendendo 3 mil 500 alunos. Aloísio defende o ensino privado enquanto opção de estudo, e combate as intervenções do governo nesse setor, principalmente no controle das mensalidades. Para ele o ensino deve extrapolar o simples processo de aprendizagem em sala de aula.



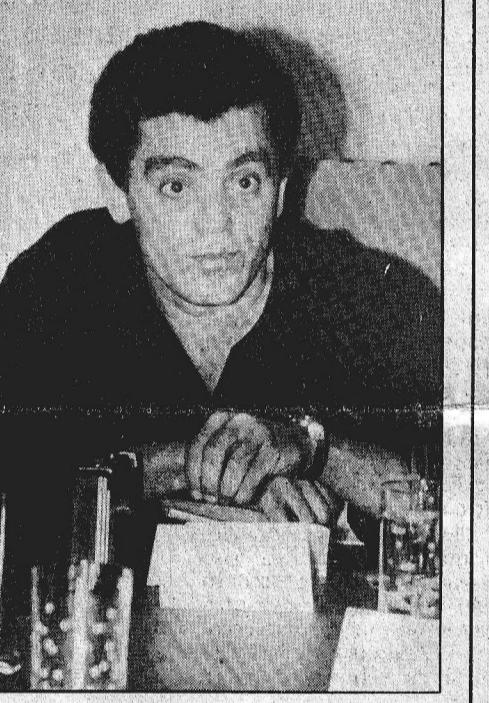
■ **Deusimar de Faria, 48 anos, assessora do Departamento Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal:** está na Fundação Educacional desde 1967. Inicialmente como professora, foi também coordenadora-pedagógica, diretora de Complexo Escolar e chefe de Núcleo. Casada, tem dois filhos — 11 e 13 anos — que curiosamente nunca estudaram em escola pública. Deusimar justifica essa opção como sendo apenas circunstancial, pois ambos iniciaram seus estudos no curso maternal (não oferecido, pela FEDF). Mas, sua intenção é transferi-los para a rede oficial. Deusimar acredita que trabalhando na área educacional pode contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Ela defende a permanência dos alunos nas escolas por um período superior às quatro horas diárias.



■ **Edilamar Vaz da Costa, 40 anos, representante das Associações de Pais e Mestres na Comissão de Encargos Educacionais do Conselho de Educação do DF:** em quatro anos de militância em defesa dos direitos dos pais teve duas grandes decepções — não conseguiu que a Fundação Educacional instituisse a função de professor-substituto e nem garantiu a criação da Federação Nacional das APMs. Edilamar escolheu o magistério por falta de opções quando cursou o 2º grau. Entretanto, considera a sua atuação consciente e que partiu da necessidade de atender à comunidade carente de educação. E divorciada e mãe de quatro filhos, sendo que atualmente um estuda na rede pública e outro na particular. Os dois mais velhos concluíram apenas o 2º grau por não acreditarem no ensino superior, achando que a formação profissional não traz retornos financeiros.



■ **Darley Cordeiro Valadares, 31 anos, pai de aluno de escola particular:** analista de sistemas, começou a sua participação na área educacional no dia 10 de junho, quando foi baixada a Portaria 140 que restabeleceu a liberdade vigiada para as mensalidades escolares. Nesse dia, Darley e um grupo de pais do Colégio Minas Gerais, onde suas filhas estudam, reuniram-se com a direção da escola para pedir esclarecimentos sobre os reajustes. A partir daí passou a se interessar por discussões sobre qualidade de ensino e critérios de fixação das taxas escolares. Para Darley, as escolas públicas estão falidas e as particulares vêm gradativamente deixando de representar uma alternativa de bom padrão de ensino. Isso porque ele acredita que apenas os pais e alunos estão realmente preocupados com o aprendizado.



■ **Wellington Côrtes, 43 anos, professor de escola particular:** escolheu a educação por duas paixões: acredita na capacidade da educação para transformar a sociedade e pela atração da língua (Wellington é professor de Português), que estabelece uma relação entre as pessoas. Ele acha que o esnino deve ser resgatado, porque atualmente nas escolas há apenas a preocupação com a informação, e não com a formação da pessoa enquanto cidadão crítico. Wellington afirma que hoje o aluno não produz — apenas reproduz o conhecimento. "Se a escola for boa, o aluno será um bom reprodutor", comenta. Membro da atual diretoria do Sindicato dos Professores, Wellington vê no sindicalismo a única forma de garantir conquistas, como a melhoria da qualidade de ensino. Aluno do 2º ano do 2º grau no Colégio Sigma, William cursou até a 7ª série do 1º grau na rede pública. Ele acredita que a educação está totalmente caótica, e que o seu resgate depende do fortalecimento das escolas públicas. "Sinto-me na obrigação de lutar por essas mudanças", ressalta.



■ **William Passos Júnior, 16 anos, membro do movimento estudantil "SOS-Educação":** preocupados com os rumos que a educação brasileira vem tomando, ele e outros alunos — tanto da rede pública quanto da particular — decidiram criar o movimento "SOS-Educação". A ideia é sensibilizar as autoridades para a grave crise do setor, além de despertar uma consciência estudante para o problema. O "SOS-Educação" acredita que a mobilização dos estudantes é a principal forma de garantir conquistas, como a melhoria da qualidade de ensino. Aluno do 2º ano do 2º grau no Colégio Sigma, William cursou até a 7ª série do 1º grau na rede pública. Ele acredita que a educação está totalmente caótica, e que o seu resgate depende do fortalecimento das escolas públicas. "Sinto-me na obrigação de lutar por essas mudanças", ressalta.

qualidade do ensino. Com a jornada de 40 horas semanais, o professor não tem tempo de preparar adequadamente as suas aulas. Em países desenvolvidos, o calendário escolar varia de 210 a 240 dias letivos, com seis horas/aula por dia. No Brasil, no entanto, ele ainda é de apenas 180 dias, com quatro horas diárias de aula.

William: Pode até parecer utópica a minha proposta. Se os donos das escolas particulares tivessem o objetivo de formar indivíduos, preparados para enfrentar a sociedade, eles automaticamente iriam aumentar os turnos e os dias letivos, além de pagar melhor os professores. Essas modificações seriam o primeiro passo para se resgatar a qualidade do ensino.

Ao se questionar a qualidade do ensino, fica claro que existem deficiências tanto na rede pública quanto na particular. Elas são detectadas principalmente no vestibular, quando é evidenciado que a preparação do aluno não foi suficiente. Se há uma falácia aparente do processo educacional, onde estão concentradas as principais falhas?

Morhy: A educação é um processo contínuo e a falha começa no lar. A partir daí, o despreparo dos alunos vai se acumulando ao longo dos 1º e 2º graus, e quando eles fazem o vestibular para ingressar na Universidade, já estão com uma série de deficiências, tornando difícil revertêr o processo. Existem erros de técnicas de ensino mas tudo está relacionado com a atual crise política e social. As falhas têm sido detectadas nas provas do vestibular, como por exemplo, em redação, em que um grande número de alu-

nos não conseguem concatenar ideias, sem falar nas dificuldades do vocabulário. Esta situação nos força — ou pelo menos há uma tendência — a manter questões do tipo memorativas, ao contrário do que gente gostaria que fosse. Então, a seleção tem sido convidente com a forma de preparo do aluno, cobrando questões do tipo que ele está treinado a responder. Se mudarmos a fórmula, os alunos não terão êxito e o custo operacional do vestibular é muito alto para não se ter uma lista de candidatos aprovados.

Mas ao buscarmos as raízes dos problemas da educação, não podemos deixar de enfatizar que estas deficiências não são exclusivas da área educacional, estando associadas à problemática político-social do País. O que afeta o bom padrão é a falta de retorno financeiro — no passado, os estudantes tinham a esperança do diploma, e de ter uma profissão. Hoje, eles não têm a expectativa de melhoria de condição de vida depois que concluem o curso superior. E num país capitalista, em que prepondera o poder aquisitivo e o status, a preocupação é sempre com a questão financeira.

Aloísio: Entendo que o segundo grau está mais voltado para o vestibular, e nesse aspecto está havendo um círculo vicioso. De um lado, o segundo grau procura se adaptar ao vestibular que, por sua vez, se adapta à escola secundária. E a gente não consegue sair desse círculo. Acredito que na escola particular a qualidade da educação, a nível de primeiro grau, está bem superior à do segundo grau.

Deusimar: Na Fundação Educacional, uma das causas do declínio do padrão é o gerenciamento das escolas. Através do processo de eleição direta de diretores, muitas pessoas que hoje estão dirigindo uma escola não são formadas em administração escolar e não podem sequer estar em sua direção. Outro fator que contribui é o turno intermediário, já que a clientela que procura a Fundação é tão grande que não dá para atender a todos

"A educação é um processo contínuo e a falha começa em casa e vai se acumulando".

Lauro Morhy

"Muitas pessoas que dirigem escolas não são formadas em administração escolar".

Deusimar Faria

"Com a jornada de 40 horas semanais o professor não tem tempo de preparar aulas".

Jacques Veloso

nos horários normais. Entretanto, são esses pontos negativos das escolas que sobressaem quando se questiona a falácia da escola pública. Mas, se for realizado um levantamento, iria se encontrar várias escolas boas na rede, que precisam inclusive realizar testes de seleção, já que há uma procura maior do que a oferta.

Edilamar: A educação realmente está desvalorizada, e é claro que a situação atual interfere muito no processo de ensino. Mas, o bom gerenciamento da escola e o controle efetivo da sua qualidade do ensino independem da conjuntura maior do País. O que afeta o bom padrão é a falta de retorno financeiro — no passado, os estudantes tinham a esperança do diploma, e de ter uma profissão. Hoje, eles não têm a expectativa de melhoria de condição de vida depois que concluem o curso superior. E num país capitalista, em que prepondera o poder aquisitivo e o status, a preocupação é sempre com a questão financeira.

Wellington: A escola hoje tem que reverter o seu objetivo, deve-se preocupar em formar o indivíduo crítico e preparado para a vida. Se antes a escola era melhor porque havia a intenção de alguma recompensa financeira, através do diploma, e se hoje existe essa cobrança de passar no vestibular como recompensa, todo esse processo está errado. Eu discordo disso, porque vejo como um todo, como um problema real. E as deficiências encontradas são consequência da política sócio-econômica do governo de há 20 anos, que sucateou a escola pública porque não interessava a ele formar esse indivíduo crítico.

A qualidade do ensino nas escolas particulares é cada dia mais discussão acontece ao mesmo tempo em que as mensalidades apresentam custos crescentes. Apesar de tudo, o ensino privado mantém uma acentuada procura. O que leva um pai a manter o filho numa escola particular?

Darley: A opção de escola pública praticamente não existe mais, já que ela vem decaendo a cada dia. A solução foi procurar as escolas particulares, que ainda apresentavam um bom padrão de qualidade. Entretanto, esse padrão caiu sensivelmente nos últimos três anos, quando os donos de escolas deixaram de atuar como educadores para se profissionalizarem na administração financeira dos colégios. E ainda somos obrigados a manter os filhos nessas escolas porque, pedagogicamente, é prejudicial fazer uma mudança de colégio durante o ano letivo.

Aloísio: Realmente, a escola particular é e deve ser livre opção da família. Porém, os pais devem ter o cuidado de verificar, antes de efetuar a matrícula, se terão condições de arcar com as mensalidades escolares, além de verificar se a proposta pedagógica do estabelecimento corresponde às suas expectativas.

Jacques: Ao matricular o seu filho numa escola particular, o pai não está necessariamente fazendo uma opção por uma melhor qualidade. Isso pode ser, até mesmo, uma escolha forçada, porque quem que seu filho convivam com

Continua na página 15

□ **continuação da página 14**

a classe média — uma questão de status. A opção freqüentemente depende de questões como a da existência de vagas numa escola próxima ou mesmo de um colégio público perto da residência. Mas é claro que, ao buscar a escola particular, isso reduzirá a pressão sobre o governo, para que assim crie mais estabelecimentos e melhore o seu padrão.

Diante da discussão sobre o preço das mensalidades escolares, alguns pais afirmam que educação é um bom negócio e acusam os donos de escolas de estarem transformando seus estabelecimentos de ensino em empresas lucrativas. A escola é realmente uma empresa?

Aloísio: A partir do momento em que as escolas são obrigadas a pagar todos os tributos que qualquer empresa está sujeita, sem qualquer isenção, ela é considerada uma empresa. Isso, apesar de existirem várias leis controlando os seus lucros, o que não acontece na maioria das empresas. Ao contrário do que se afirma hoje, as escolas no passado tinham lucros maiores, em alguns casos chegavam até a 100%. Hoje, não são as mensalidades que estão excessivas — foram os salários que sofreram um achatamento.

Darley: O mais grave não é a escola ter virado empresa. É o fato de os donos dos colégios não aceitarem que o Governo e os pais a tratem como tal. Qualquer empresa privada corre riscos na sua administração, mas a escola particular quer ter 10% de lucro garantido. Nenhuma empresa privada tem esse tipo de benefício. Isso é, além de tudo, imoral, porque significa que quanto maior a incompetência do administrador do colégio, maior será o seu lucro.

Aloísio: Acho interessante quando se diz que a escola não quer correr riscos. Pelo contrário. Ela gostaria sim de correr o risco e ser livre para fixar os seus preços de acordo com a sua realidade. Mas, infelizmente, não temos liberdade para fixar os preços e ditar os critérios de reajuste. O Estado tem interferido seguidamente. Só nos últimos dois anos foram baixadas mais de vinte medidas, entre portarias, decretos e liminares. Hoje o diretor de uma escola não faz outra coisa a não ser estudar legislação para poder administrar essa excessiva ingerência e interferência do Estado.

Jacques: A educação é algo delicado demais para se deixar nas mãos da iniciativa privada sem qualquer supervisão. O Estado tem que controlar sim, tanto os métodos pedagógicos como também a questão financeira.

Toda essa sucessão de portarias reflete exatamente o interesse dos donos de escolas em ter legitimada a mensalidade que ele quer cobrar, transferindo então as possíveis reclamações dos pais para o governo.

Wellington: O Estado deve interferir na escola, mas também os pais devem fazer um acompanhamento, não apenas da mensalidade como também do processo educacional. Infelizmente os pais, hoje, estão mais preocupados com o valor da mensalidade e com o resultado em termos de boletim: se foi aprovado ou ficou de recuperação.

Edilamar: O problema é que os pais não terão poder de pressão,



Os debatidores concordam que o sistema educacional está falido e que todos os segmentos sociais têm sua parcela de culpa

pois não estão organizados e desconhecem a legislação do ensino. Quando a Associação de Pais e Mestres pede aos pais, por exemplo, que elaborem um modelo de contrato de matrícula, segundo a sua expectativa, eles nunca o enviam.

Darley: Os pais não têm que ser fiscais das escolas. Acredito que se cada um dos segmentos envolvidos na educação fizesse a sua parte, não precisaríamos nos organizar para cobrar as atribuições de cada um. Acredito ainda que a atual crise vai provocar uma solução nova: com a falência das duas redes, particular e pública, irão surgir as cooperativas de ensino, que inclusive já estão sendo estudadas por funcionários do Banco do Brasil. Nas cooperativas não haverá a preocupação financeira e salarial, porque os professores terão justa remuneração, podendo manter um bom nível de ensino.

“As escolas, no passado, tinham lucros maiores. Em alguns casos chegavam até a 100%”.

Aloísio Brito

“Temos donos de escolas atuando no MEC, Senado, Câmara e no Conselho de Educação”.

Edilamar Vaz

“Não interessava ao governo formar o indivíduo crítico. A escola pública foi sucateada”.

William Passos

Bruno, é que de certa forma a inspeção foi voltada para a escola pública. Mas o número de profissionais desse departamento era muito pequeno e não atingiu a todas as escolas da rede pública. Ainda hoje são as escolas particulares que têm o privilégio de ter um melhor assessoramento do Departamento de Inspeção do Ensino.

Jacques: Confirmo o que a Edilamar disse, lembrando que o poder das escolas particulares no Brasil é muito forte, e elas têm recebido, no DF, uma atenção muito grande por parte do Governo. O próprio Conselho de Educação passa dois terços do seu tempo discutindo questões relativas à escola particular, inclusive fatores pertinentes à mensalidade escolar.

Edilamar: E ainda se percebe que este próprio Estado concentra em seus órgãos de diretrizes políticas e chefias de cargos — que têm o poder de decisão sobre a educação, representantes legítimos dos empresários do ensino. Temos proprietários de escolas atuando no Ministério da Educação, Senado Federal, Câmara dos Deputados e Conselho de Educação. Então, toda essa estrutura organizada com o aparelhamento do Estado, torna difícil voltar as atenções do Governo para a escola pública.

Alguns educadores consideram a introdução do ensino profissionalizante, em 1971, como uma das causas geradoras da queda da qualidade do ensino. Por que a Fundação Educacional continua oferecendo cursos profissionalizantes na maioria das suas escolas secundárias?

Deusimar: Porque a proposta

da Fundação Educacional é formar o indivíduo como um todo, e não apenas para ter sucesso no vestibular, ao contrário do que está sendo feito pelas escolas particulares. Quando o aluno da rede pública conclui o 2º grau e se vê diante da sua própria situação, com poder aquisitivo baixo, só percebe como alternativa ingressar imediatamente no mercado de trabalho, descartando até o ensino superior.

Jacques: E é justamente esse conceito equivocado de que o ensino de 2º grau deve adestrar o aluno para um emprego que acentuou a queda da qualidade do ensino. Depois, até mesmo o Governo reconheceu o seu equívoco e retrocedeu, tornando optativo o ensino profissionalizante. E o mais grave é que o faz-de-conta da profissionalização foi retirado sem que a antiga estrutura do ensino acadêmico, com aulas bem ministradas, fosse reestabelecido.

Deusimar: Realmente, a implantação do ensino profissionalizante, no primeiro momento, foi uma catástrofe, porque foi algo generalizado. Faltavam até recursos humanos para dar esses cursos. Entretanto, a partir do momento em que eles se tornavam optativos, a procura pelo profissionalizante passou a ser maior em relação aos cursos acadêmicos, exatamente porque os alunos da rede pública necessitam ingressar no mercado de trabalho.

O padrão de ensino das escolas geralmente está associado à capacidade dos professores em desenhar o processo de aprendizagem. Até que ponto estes professores estão preparados para dar aula?

Jacques: Antes da reforma do ensino, os professores eram formados nas universidades públicas, responsáveis por 60% das matrículas no país. Hoje, elas só recebem 40% dos alunos. Os professores estão sendo formados pelo ensino superior particular — que cresceu muito, sobretudo em faculdades isoladas —, e que sabidamente é de má qualidade. Isso, apesar de existirem excelentes faculdades privadas — mas é exceção. É preciso que a universidade recupere o seu papel na formação dos bons professores. A carreira do professor, hoje, está desvalorizada. Ele mal consegue sobreviver apenas com o salário de uma escola, sendo obrigado a se transformar em “professor-taxímetro”, correndo de uma escola para outra para completar o seu orçamento, sem tempo até para se preocupar com a qualidade do ensino.

Aloísio: Até três anos atrás houve uma grande rotatividade de professores, quando eles faziam do magistério um bico. Hoje, o quadro se reverteu um pouco, principalmente na escola particular, em decorrência da recuperação dos salários que pode ser repassado — em parte — para as mensalidades escolares. porém, há ainda uma grande dificuldade em se contratar professores qualificados para o 2º grau. Normalmente os profissionais têm uma formação específica em áreas técnicas, como engenharia, e não passaram pela faculdade de Educação. Para se ter uma idéia, a Universidade de Brasília, nos últimos anos, formou apenas dois professores de Química.

Wellington: Eu queria frisar que a conquista por melhores salários não partiu da iniciativa dos donos de colégio. Os professores tiveram que se mobilizar, e, através de greves, lutar por condições dignas. O que encontramos da parte dos diretores de escola foi ameaça, inclusive impedindo e atropelando as negociações entre os sindicatos. Eles se sentem até no direito de fazer ameaças, que se concretizam muitas vezes em demissões.

O que vocês esperam do Presidente a ser eleito com relação às questões do ensino público no país? Há alguma esperança de que alguma coisa possa mudar no novo Governo?

Edilamar: A esperança para a educação no Brasil é um presidente que defina este setor como uma das prioridades do Governo e queira realmente fazer uma educação de qualidade voltada para a solução dos problemas do nosso país, da nossa América Latina. Tem que ser uma educação no sentido solidário-democrático. E o dia em que isso acontecer a gente terá uma educação de qualidade.

Jacques: Esta esperança existe sim, agora, com uma pequena adaptação: a educação tem que ser uma prioridade, porém, dentro da educação o prioritário deve ser a educação. Esperamos que o candidato a ser escolhido esteja entre aqueles que estão comprometidos e preocupados com a educação, e sobretudo preocupados com o fortalecimento da escola pública. Não há nenhum país no mundo que tenha ido adiante sem boas escolas e universidades públicas.